EDITAL Nº 034/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2026
CERTAME EM AMPLA DISPUTA (ART. 49, III, DA LC Nº 123/2006).

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura municipal de **LUIZIÂNIA, ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ nº 44.441.558/0001-88, com sede na Praça Benedito Claudio, 135, Centro, na cidade de **LUIZIÂNIA**, estado de São Paulo, por meio do Prefeito Municipal, **RAPHAEL SARAIVA BARRETO,** realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL,** com critério de julgamento menor preço lote nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto nº 11.46 de 31 de março de 2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04 de dezembro de 2026 às 08h15m.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Luiziânia/SP, sito à Praça Benedito Claudio, 135, CEP: 16.340-054 - Centro.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2027, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA: a partir da página 14.

LOTE 1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DE UNIFORMES ESCOLARES a partir da página 16

LOTE 2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DE CALÇADOS ESCOLARES a partir da página 23.

PREÇO DE REFERÊNCIA:
A planilha com os preços unitários e totais estimados encontra-se no arquivo compactado (.zip), juntamente com o edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
2.2. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 2006.
2.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
2.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
2.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.3.4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação (Devendo ser observada a Súmula 50 do TCE-SP - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.);
2.3.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
2.3.6. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
2.3.7. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
2.3.8. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Devendo ser obedecida a Súmula 51 do TCE-SP);
2.3.9. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
2.3.10. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
2.3.11. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
2.3.12. agente público do órgão ou entidade licitante;
2.3.13. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
2.3.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
2.3.15. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou

emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
2.4. O impedimento de que trata o item 2.3.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.6 e 2.3.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
2.7. O disposto nos itens 2.3.6 e 2.3.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
2.9. A vedação de que trata o item 2.3.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
2.10. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá fazer as declarações e anexar na documentação, conforme abaixo:
2.10.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
2.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
2.10.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
2.10.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
2.10.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
2.10.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
2.10.8. sendo vencedora, atenderá as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar

conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
2.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO
3.1- Por ocasião da fase de credenciamento, os licitantes deverão observar as seguintes disposições:
3.1.1 - Quanto aos representantes:
3.1.1.1 Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
3.1.1.2 Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular, ou credenciamento, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma;
3.1.1.3 O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;
3.1.1.4 O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;
3.1.1.5 Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;
3.1.1.6 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.
3.2 - Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:
3.2.1 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).
3.3 - Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:
3.3.1 Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
4.1 No local, data e horário constantes do preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, devendo ser aceita a participação de licitantes até o encerramento dos credenciamentos.

4.2 Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, declaração de enquadramento como microempresa/empresas de pequeno porte, caso seja, e em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
4.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:
4.3.1 contiverem vícios insanáveis;
4.3.2 não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
4.3.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
4.3.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
4.3.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
4.5 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
4.5.1 Nome, endereço, CNPJ da licitante e Número do Pregão;
4.5.2 Descrição do objeto da presente licitação, com Marca;
4.5.3 Preço por item e total, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes para entrega até o município, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
4.5.4 Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
5.1 O Pregoeiro convidará individualmente os autores de todas as propostas para formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.
5.2 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R$ 0,01 (um centavo).
5.3 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
5.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NA FASE PROPOSTA:
6.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
6.1.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
6.2 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.2.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
6.2.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma descrita acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
6.3.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
6.3.4 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
6.3.5 O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
6.4 As disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, não serão aplicadas:
6.4.1 No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
6.4.2 No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
6.5 A obtenção de benefícios a que se refere este item do edital fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA:

7.1 Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
7.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
7.3 A negociação será conduzida pelo pregoeiro, ou agente de contratação ou comissão de contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
7.4 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Somente o licitante vencedor deverá apresentar os documentos de habilitação, devendo acondiciona-los no Envelope nº 02, com a documentação descrita nesta fase habilitação.
8.2 A documentação deverá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

8.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
8.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
8.4.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
8.4.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
8.5 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
8.6 O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

8.7 Habilitação jurídica:
8.7.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
8.7.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

8.8 Regularidade Fiscal, Trabalhista, Econômico-Financeira:
8.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
8.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8.8.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente, mediante as seguintes certidões:
8.8.3.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Contribuições Sociais - INSS, expedida pela Coordenadoria da Receita Federal;
8.8.3.2 Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei; e
8.8.3.3 - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pelo Município, domicílio ou sede do licitante, com validade;
8.8.4 Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com apresentação do Certificado de Regularidade, com prazo de validade em vigor, na forma da Lei.
8.8.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.8.6 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, na forma do artigo 69, II da Lei 14.133/21.

8.9 Declaração Conjunta:
8.9.1 Deverá constar no envelope habilitação:
8.9.1.1 declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
8.9.1.2 declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
8.9.1.3 declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
8.9.1.4 declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
8.9.1.5 declaração de que faz uso dos benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/06, pois no ano-calendário da licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública, cujo valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
8.9.1.6 declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
8.9.1.7 declaração de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
8.9.1.8 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
8.9.1.9 declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
8.9.1.10 declaração de que sendo vencedora, atenderá as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória; de que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;
8.9.1.11 declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, bem como atender as demais vedações previstas no artigo 14 da Lei federal 14.133/21.

8.10 – Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Fase Habilitação:

8.10.1 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
8.10.2 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
8.10.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
8.10.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
8.10.5 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões/documentos apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9.1 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA À PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2026 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)	ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO À PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2026 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
10.4. Os recursos poderão ser encaminhados através do e-mail, licitacao@luiziania.sp.gov.br.
10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
11.1.2.4. deixar de apresentar amostra (quando solicitada);
11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital (quando solicitada);
11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
11.1.5. fraudar a licitação;
11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada (quando solicitada);
11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
11.2.1. advertência;
11.2.2. multa;
11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço de e-mail licitacao@luiziania.sp.gov.br.
12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública.
13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Luiziânia www.luiziania.sp.gov.br.
13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência
13.11.2. ANEXO II - Minuta de Credenciamento
13.11.3 ANEXO III – Declaração de Habilitação Prévia
13.11.4 ANEXO IV - Declaração de se enquadra como microempresa/empresa de pequeno porte.
13.11.5 ANEXO V – Declaração Conjunta.
13.11.6 ANEXO VI – Minuta de contrato.
13.11.7 ANEXO VII – Modelo de proposta Uniformes
13.11.8 ANEXO VIII – Modelo de proposta calçados

Luiziânia - SP, 17 de novembro de 2026.

RAPHAEL SARAIVA BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2027, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

1 — REGRAS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.1. A aquisição de uniformes e calçados escolares destina-se a atender aos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Luiziânia/SP para o ano letivo de 2027, abrangendo a Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e o Ensino Fundamental (Anos Iniciais).
1.2. O fornecimento do vestuário e calçados escolares padronizados visa garantir a identificação e a segurança dos alunos nas unidades escolares e em atividades externas, assegurar a igualdade e a dignidade no ambiente escolar, mitigar desigualdades socioeconômicas e proporcionar vestimentas e calçados adequados, resistentes e confortáveis para as atividades pedagógicas e recreativas diárias.

2. JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO NA FORMA PRESENCIAL

2.1. A realização do certame na forma presencial encontra amparo no art. 176, inciso II, c/c o art. 17, § 2º, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o Município de Luiziânia possui população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes, aplicando-se o regime de transição para a obrigatoriedade da forma eletrônica.
2.2. A forma presencial proporciona maior celeridade e eficiência na condução da sessão pública, viabilizando o exame direto e imediato dos padrões de tecidos, costuras, modelagens, acabamentos e calçados, além de facilitar a negociação de preços e a verificação das condições de habilitação e conformidade das propostas.
2.3. A medida visa também fomentar a ampla participação de fornecedores regionais, preservando a isonomia, a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
2.4. A sessão pública presencial será registrada em ata circunstanciada e gravada em áudio e vídeo, sendo a gravação juntada aos autos do processo administrativo, nos termos do art. 17, §§ 2º e 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DA AMPLA DISPUTA

O certame será processado integralmente em ampla disputa, com valor estimado de R$ 386.316,65, deixando-se de aplicar cota reservada com base no art. 49, III, da LC nº 123/2006, em razão da necessidade de padronização, uniformidade visual de tecidos e solados, economia de escala e logística integrada de entrega às escolas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE AMOSTRAS

4.1. Encerrada a fase de lances, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar em cada item deverá apresentar, no prazo de até **03 (três) dias úteis**, amostras físicas para avaliação de conformidade técnica, qualidade, acabamento, cores, tecidos, solados e aplicação do brasão/personalização.
4.2. Deverá ser apresentada **01 (uma) amostra de cada item e de cada numeração/tamanho** que compõe a grade licitada (ou grade representativa previamente indicada), permitindo a verificação detalhada das medidas, proporções e materiais.
4.3. As amostras serão avaliadas por Comissão Especial designada pela Diretoria Municipal de Educação, que emitirá parecer técnico fundamentado de aprovação ou reprovação.
4.4. A não apresentação das amostras no prazo fixado ou a reprovação motivada ensejará a desclassificação da proposta, convocando-se o licitante subsequente, na ordem de classificação, para apresentação de suas amostras, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
4.5. As amostras aprovadas da licitante vencedora ficarão retidas na Administração para servir de padrão de conferência e controle de qualidade durante todo o recebimento das remessas definitivas.

5. PRAZOS, CRONOGRAMA E FORNECIMENTO

5.1. Os uniformes e calçados escolares deverão ser entregues nos endereços das respectivas unidades escolares do Município de Luiziânia/SP, conforme a seguinte distribuição:

- **CMEI – Crescendo e Aprendendo:** Av. Brasil, s/nº, Luiziânia/SP;
- **CIE – Irmã Josefa:** Rua Vereador Lino Saraiva Barreto, nº 52, Luiziânia/SP;
- **EMEF Prof. Mario Frota Escobar:** Av. Francisco Rossani, s/nº, Luiziânia/SP.

5.2. O fornecimento deverá ocorrer no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho emitida pelo setor competente.
5.3. As entregas serão recebidas exclusivamente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das **08h00 às 16h00**.
5.4. Todos os custos e despesas inerentes ao transporte, frete, seguro, embalagens individuais e coletivas devidamente identificadas por escola/tamanho, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários correrão por conta exclusiva da Contratada.

6. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a efetiva entrega dos produtos e o atesto da respectiva Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.
6.2. O pagamento será realizado, preferencialmente, por meio de Pix**,** mediante chave vinculada ao CNPJ do emitente da Nota Fiscal (razão social da CONTRATADA)**,** em estrita

observância ao Decreto Municipal nº 2.765/2026. É expressamente vedado o pagamento em chave Pix de titularidade diversa da CONTRATADA, salvo autorização expressa do credor e decisão motivada da autoridade competente.
6.3. Na hipótese de a CONTRATADA não possuir chave Pix vinculada ao CNPJ, o pagamento dar-se-á por transferência bancária (TED/crédito em conta) em conta corrente de titularidade da pessoa jurídica contratada.
6.4. Em caso de atraso injustificado de pagamento por culpa exclusiva da Administração, incidirá atualização monetária com base na variação do IPC-FIPE e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.
6.5. Não serão consideradas atraso as retenções decorrentes de apuração de penalidades, divergências no faturamento ou descumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas.

7. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante comprovação da vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A execução do ajuste será fiscalizada e acompanhada por servidor formalmente designado como Fiscal do Contrato pela Diretoria Municipal de Educação, a quem competirá conferir quantidades, qualidade, tecidos, costuras, solados, tamanhos, prazos de entrega e conformidade com as amostras aprovadas, lavrando os respectivos termos de recebimento e atestos.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital, Termo de Referência e proposta comercial;
9.2. Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, sobre quaisquer vícios, defeitos, avarias, costuras defeituosas, falhas de personalização ou incorreções verificadas nos uniformes e calçados entregues, fixando prazo razoável para a sua substituição, sem ônus para o Município;
9.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, anotando em registro próprio as ocorrências e determinando o que for necessário para a regularização;
9.4. Efetuar o pagamento devido no prazo e condições fixadas neste Termo de Referência;
9.5. Aplicar as sanções administrativas pertinentes em caso de inadimplemento;
9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários para o bom desenvolvimento das entregas e levantamento das grades de tamanhos;
9.7. Emitir decisão expressa e motivada sobre as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da conclusão da instrução, admitida prorrogação por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Fornecer os uniformes e calçados escolares estritamente dentro das especificações técnicas, padrões de tecidos, cores, numerações, layout oficial com brasão e amostras aprovadas;
10.2. Substituir, às suas expensas e no prazo máximo determinado pela fiscalização, qualquer peça ou calçado que apresente vício, defeito de fabricação, desbotamento prematuro, rasgo, descolamento de solado ou desconformidade com as especificações do Termo de Referência;
10.3. Entregar os produtos devidamente acondicionados em embalagens individuais e organizados por escola, modalidade de ensino e tamanho, de modo a preservar sua integridade e facilitar a conferência e distribuição aos estudantes;
10.4. Assumir integral responsabilidade por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à Administração ou a terceiros durante o transporte, entrega e descarga dos materiais;
10.5. Manter, durante toda a vigência do contrato e dos eventuais contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias e securitárias relativas aos seus empregados e prepostos.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante ou contratado que cometer qualquer das infrações administrativas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévia, às seguintes sanções:
I – Advertência: exclusivamente para a infração do inciso I do art. 155, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;
II – Multa: moratória ou compensatória (não inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato/item);
III – Impedimento de licitar e contratar**:** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Luiziânia, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos (art. 156, III);
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos (art. 156, IV).
11.2. A dosimetria da penalidade observará a natureza e a gravidade da falta, as peculiaridades do caso, a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes, o dano suportado pela Administração e a eventual implantação de programa de integridade.
11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste item.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DE UNIFORMES ESCOLARES

1. DESCRITIVOS TÉCNICOS DOS UNIFORMES

1.1. CAMISETA ESCOLAR MANGA CURTA
Confeccionada em meia malha PV, composição mínima de 65% poliéster e 35% viscose, na cor azul, com mangas brancas. Gola em "V" na cor azul-marinho, vermelho e branco, conforme layout oficial. Aplicação do brasão oficial do Município de Luiziânia/SP em material termocolante de boa aderência, no peito, conforme posição indicada no layout, do lado esquerdo. Nas costas, aplicação/impressão do texto "PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA-SP", centralizado, em tamanho proporcional ao modelo. Costuras regulares, firmes e reforçadas, sem fios soltos, falhas de costura ou deformações. Tecido de toque uniforme, boa cobertura e adequado ao uso escolar diário. A composição e a gramatura do tecido deverão ser informadas pelo fornecedor na cotação e posteriormente comprovadas quando solicitadas.

1.2. BERMUDA / SHORT ESCOLAR MASCULINO
Confeccionada em malha helanca na cor azul, com cós em elástico de boa resistência e acabamento reforçado. Modelo conforme layout oficial, sem bolsos laterais. Deverá possuir detalhe lateral em viés, conforme referência visual (vermelho e branco), e aplicação do brasão oficial do Município de Luiziânia/SP em material termocolante, na parte frontal esquerda. Barra e costuras reforçadas, com acabamento que evite desfiamento e deformação durante o uso e lavagem. O elástico deverá possuir boa recuperação, sem torção ou desconforto. Peça destinada ao uso escolar diário.

1.3. SHORT-SAIA ESCOLAR FEMININO
Confeccionado em helanca na cor azul, com cós em elástico de boa resistência e acabamento reforçado. Modelo conforme layout oficial, com sobreposição frontal da saia cobrindo adequadamente a parte do short, proporcionando melhor cobertura e conforto durante as atividades escolares. Detalhe frontal em galão, conforme referência visual, nas cores vermelha e branca. Aplicação do brasão oficial do Município de Luiziânia/SP em material termocolante, no lado esquerdo. Costuras firmes, barra regular, sem fios soltos e com acabamento resistente ao uso e às lavagens.

1.4. CAMISETA ESCOLAR MANGA LONGA
Confeccionada em meia malha PV, composição mínima de 65% poliéster e 35% viscose, na cor azul, com mangas brancas. Gola em "V" nas cores azul-marinho, vermelho e branca, conforme layout oficial. Aplicação do brasão oficial do Município de Luiziânia/SP em material termocolante, no peito, lado esquerdo. Nas costas, aplicação/impressão do texto "PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA-SP", centralizado. Punhos das mangas

obrigatoriamente confeccionados em ribana, azul-marinho, vermelho e branco, conforme a imagem. Costuras firmes e acabamento de boa qualidade.

1.5. CALÇA ESCOLAR DE FRIO
Confeccionada em helanca 100% poliéster, com interior peluciado/flanelado, na cor azul, conforme layout oficial. Modelo sem bolsos, com cós em elástico de boa resistência e acabamento reforçado. Deverá possuir detalhe lateral em viés, na cor vermelho e branco, conforme referência visual, e barra inferior com punho/acabamento azul da cor da calça ajustado, conforme layout. Aplicação do brasão oficial do Município de Luiziânia/SP em material termocolante na parte frontal esquerda. Costuras reforçadas, acabamento regular, sem fios soltos e com resistência compatível com o uso escolar e lavagens frequentes. A composição e a gramatura do tecido deverão ser informadas pelo fornecedor na cotação.

1.6. JAQUETA / BLUSA DE FRIO COM ZÍPER
Confeccionada em helanca 100% poliéster, com interior peluciado/flanelado, na cor azul, conforme layout oficial. Modelo com abertura frontal por zíper de boa qualidade, resistente e de funcionamento regular. Possuir gola e acabamento conforme referência visual, mangas longas e detalhes laterais em viés vermelho e branco, conforme layout oficial. Punhos das mangas e barra com acabamento que favoreça o ajuste e a durabilidade, da cor da jaqueta. Aplicação do brasão oficial do Município de Luiziânia/SP no peito do lado esquerdo. Costuras firmes, zíper alinhado e resistente, sem fios soltos, falhas de acabamento ou deformações. O fornecedor deverá informar na cotação a composição, gramatura e características do tecido utilizado.

2. REQUISITOS GERAIS DE QUALIDADE E INFORMAÇÕES EXIGIDAS

- Todas as peças deverão ser novas, de primeira qualidade e produzidas especificamente para atendimento da contratação, não sendo aceitas peças usadas, recondicionadas ou com defeitos de fabricação.
- As cores, modelagens, posição do brasão, detalhes, gola, punhos, barras, zíperes e demais características deverão obedecer rigorosamente ao layout oficial apresentado pela Diretoria Municipal de Educação.
- Os tecidos deverão apresentar uniformidade de cor, boa cobertura, resistência adequada ao uso escolar e às lavagens frequentes, sem transparência excessiva, manchas, falhas de tecelagem ou diferenças visíveis de tonalidade entre peças do mesmo item.
- Costuras deverão ser retas, firmes, regulares e reforçadas nos pontos de maior tensão, sem pontos frouxos, arrebentados ou fios soltos.
- Os elásticos deverão apresentar boa resistência e recuperação, mantendo a função após o uso e as lavagens, sem torção excessiva ou desprendimento.
- Aplicações termocolantes do brasão deverão apresentar boa definição, aderência e acabamento, sem descolamento, rachaduras ou falhas de impressão.
- A empresa deverá apresentar amostra física para conferência de tecido, cor, composição, gramatura, modelagem, acabamento e aplicação do brasão, antes da fabricação/entrega do quantitativo total.

- A proposta comercial deverá indicar marca/fabricante de cada tecido, composição e gramatura (g/m²), prazo de entrega e preço unitário e total por item com todos os custos inclusos.

3. DISTRIBUIÇÃO DETALHADA DE UNIFORMES POR ESCOLA E TAMANHO

3.1 CMEI "Crescendo e Aprendendo"

Tamanho	Camiseta Manga Curta	Short Masculino	Short-Saia Feminino	Camiseta Manga Longa	Jaqueta com Zíper	Calça de Frio
M	10	5	5	5	5	5
G	10	5	5	5	5	5
1	40	19	21	20	20	20
2	90	43	47	45	45	45
4	90	43	47	45	45	45
6	40	19	21	20	20	20
8	20	11	9	10	10	10
SUBTOTAL CMEI	**300**	**145**	**155**	**150**	**150**	**150**

3.2 CIE — Irmã Josefa

Tamanho	Camiseta Manga Curta	Short Masculino	Short-Saia Feminino	Camiseta Manga Longa	Jaqueta com Zíper	Calça de Frio
4	150	90	60	75	75	75
6	110	66	44	55	55	55
8	40	24	16	20	20	20

Tamanho	Camiseta Manga Curta	Short Masculino	Short-Saia Feminino	Camiseta Manga Longa	Jaqueta com Zíper	Calça de Frio
10	20	12	8	10	10	10
12	10	6	4	5	5	5
SUBTOTAL CIE	**330**	**198**	**132**	**165**	**165**	**165**

3.3 EMEF Professor Mario Frota Escobar

Tamanho	Camiseta Manga Curta	Short Masculino	Short-Saia Feminino	Camiseta Manga Longa	Jaqueta com Zíper	Calça de Frio
4	50	24	26	25	25	25
6	112	54	58	56	56	56
8	130	62	68	65	65	65
10	130	62	68	65	65	65
12	120	58	62	60	60	60
14	56	27	29	28	28	28
16	64	31	33	32	32	32
P (Adulto)	10	5	5	5	5	5
M (Adulto)	4	2	2	2	2	2
G (Adulto)	2	1	1	1	1	1
GG (Adulto)	2	1	1	1	1	1
SUBTOTAL FROTA	**680**	**327**	**353**	**340**	**340**	**340**

4. QUADROS CONSOLIDADOS DE UNIFORMES (MUNICÍPIO)

4.2 Consolidado por Grade de Tamanhos

Tamanho	Camiseta Manga Curta	Short Masculino	Short-Saia Feminino	Camiseta Manga Longa	Jaqueta com Zíper	Calça de Frio
M (Bebê)	10	5	5	5	5	5
G (Bebê)	10	5	5	5	5	5
1	40	19	21	20	20	20
2	90	43	47	45	45	45
4	290	157	133	145	145	145
6	262	139	123	131	131	131
8	190	97	93	95	95	95
10	150	74	76	75	75	75
12	130	64	66	65	65	65
14	56	27	29	28	28	28
16	64	31	33	32	32	32
P (Adulto)	10	5	5	5	5	5
M (Adulto)	4	2	2	2	2	2
G (Adulto)	2	1	1	1	1	1
GG (Adulto)	2	1	1	1	1	1
TOTAL GERAL	**1.310**	**670**	**640**	**655**	**655**	**655**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DE CALÇADOS ESCOLARES

1. DESCRITIVOS TÉCNICOS DOS CALÇADOS

1.1. TÊNIS BEBÊ — NUMERAÇÃO 15 AO 20 (INDIVIDUAL)
Tênis fabricado pelo processo de montagem com cordão e trava em X. Gáspea do cabedal em nylon 100% poliéster, dublado com manta de poliéster resinada de 110 g/m², na cor azul royal. Ferradura, taloneira e reforço lateral da gáspea em material sintético laminado fosco de 1,5 mm, dublado com manta de poliéster resinada de 110 g/m², na cor azul royal. Fechamento com velcro preto aplicado em costura reta. Na primeira ponta, etiqueta em material emborrachado com a inscrição "PREFEITURA DE LUIZIÂNIA", bordas e escrita vermelhas e fundo azul royal, costurada. Pala em nylon 100% poliéster dublado com manta resinada de 70 g/m², azul royal, acabada com viés azul royal. Colarinho interno em tecido de poliéster (pluma), espuma de PU de 10 mm e densidade mínima 33; forro em helanca 100% poliéster, 120 g/m², vermelho. Aplique na gáspea bordado por máquina eletrônica, linha 100% poliéster de alto brilho, vermelha. Reforço de palmilhado em manta de poliéster resinada grafite. Palmilha de acabamento em EVA de 4 mm, dublada com jacquard 100% poliéster preto, personalizada com logomarca do fabricante. Solado monocolor antiderrapante, injetado em PVC, dureza 50, azul royal, com logomarca do fabricante.

1.2. TÊNIS INFANTIL — NUMERAÇÃO 21 AO 27 (INDIVIDUAL)
Tênis fabricado pelo processo de montagem com cordão e trava em X. Gáspea e ferradura em material sintético laminado fosco de 1,5 mm, dublado com manta de poliéster resinada de 110 g/m², azul royal. Fechamento com duas pontas de gáspea do mesmo material e velcro preto aplicado em costura reta. Na primeira ponta, etiqueta em material emborrachado com a inscrição "PREFEITURA DE LUIZIÂNIA", bordas e letras vermelhas e fundo azul royal, costurada. Pala em material sintético laminado fosco de 1,5 mm, dublado com manta resinada de 70 g/m², azul royal. Colarinho interno em tecido de poliéster (pluma), espuma de PU de 8 mm e densidade mínima 33; forro em helanca 100% poliéster, 120 g/m², vermelho. Duas tiras externas decorativas de 12 mm em material sintético laminado fosco de 1,0 mm, vermelhas. Taloneira em material sintético laminado fosco de 1,0 mm, azul royal. Entretela de resina plástica com manta de algodão para estruturar o cabedal; reforço de palmilhado em manta de poliéster resinada grafite. Palmilha em EVA de 4 mm, dublada com jacquard 100% poliéster preto, personalizada com logomarca do fabricante. Solado monocolor antiderrapante injetado em TR, dureza 60, azul royal, com logomarca do fabricante.

1.3. TÊNIS INFANTO/FUNDAMENTAL — NUMERAÇÃO 28 AO 44 (INDIVIDUAL)
Tênis fabricado pelo processo de montagem com cordão e trava em X. Gáspea e ferradura em material sintético laminado fosco de 1,5 mm, dublado com manta de poliéster resinada de 110 g/m², azul royal; ferradura com ilhós metálicos vermelhos. Fechamento por atacador elástico de 8 mm, confeccionado em fios de poliéster e elastano, azul royal. Pala em material sintético

laminado fosco de 1,5 mm, dublado com manta resinada de 70 g/m², azul royal, com etiqueta emborrachada costurada com a inscrição “PREFEITURA DE LUIZIÂNIA”, bordas e letras vermelhas e fundo azul royal. Colarinho interno em tecido de poliéster, espuma de 8 mm e densidade mínima 33; forro em helanca 100% poliéster, 120 g/m², vermelho. Duas tiras externas decorativas de 12 mm em material sintético laminado fosco de 1,0 mm, vermelhas. Taloneira em material sintético laminado fosco de 1,0 mm, azul royal. Entretela de resina plástica com manta de algodão; reforço de palmilhado em manta de poliéster resinada grafite. Palmilha em EVA de 4 mm, dublada com jacquard 100% poliéster preto, personalizada com logomarca do fabricante. Solado monocolor antiderrapante injetado em TR, dureza 60, azul royal, com logomarca do fabricante.

1.4. BABUCHE BEBÊ — NUMERAÇÃO DUPLA 19/20
Babuche com cabedal monocolor antiderrapante, injetado em PVC microexpandido, com fragrância tutti-frutti, dureza 60, na cor azul royal, personalizado com a logomarca do fabricante. Correia injetada em PVC compacto vermelho, dureza 60, com identificação do fabricante. Cabedal com etiqueta emborrachada com a inscrição “PREFEITURA DE LUIZIÂNIA”, fundo azul royal e bordas e letras vermelhas.

1.5. BABUCHE INFANTIL — NUMERAÇÃO DUPLA 21/22 AO 27/28
Babuche com cabedal monocolor antiderrapante, injetado em PVC microexpandido, com fragrância tutti-frutti, dureza 60, na cor azul royal, personalizado com a logomarca do fabricante. Correia injetada em PVC compacto vermelho, dureza 60, com identificação do fabricante. Cabedal com etiqueta emborrachada com a inscrição “PREFEITURA DE LUIZIÂNIA”, fundo azul royal e bordas e letras vermelhas.

1.6. BABUCHE INFANTO/FUNDAMENTAL — NUMERAÇÃO DUPLA 29/30 AO 43/44
Babuche com cabedal monocolor antiderrapante, injetado em PVC microexpandido, com fragrância todos os dias, dureza 60, na cor azul royal, personalizado com a logomarca do fabricante. Correia injetada em PVC compacto vermelho, dureza 60, com identificação do fabricante. Cabedal com etiqueta emborrachada com a inscrição “PREFEITURA DE LUIZIÂNIA”, fundo azul royal e bordas e letras vermelhas.

2. REQUISITOS GERAIS DE QUALIDADE E ACEITAÇÃO

- Todos os calçados deverão ser novos, de primeira qualidade, sem defeitos de fabricação e adequados ao uso escolar diário.
- As cores, materiais, componentes, numerações, acabamento e personalização deverão atender às especificações deste documento.
- Os produtos deverão apresentar acabamento uniforme, boa flexibilidade, conforto, resistência e solado antiderrapante.
- As amostras físicas deverão ser apresentadas após solicitação da Administração, para avaliação visual, conferência de medidas, inscrições, cores, qualidade e flexibilidade (referência: tênis nos números 15, 25 e 35; babuches nos números 19/20, 25/26 e 33/34).
- A Administração poderá recusar produtos que não correspondam às especificações e às amostras aprovadas.

- A proposta comercial deverá indicar marca e fabricante de cada modelo, composição e características dos materiais, prazo de entrega e preço unitário e total por item.

3. DISTRIBUIÇÃO DETALHADA DE CALÇADOS POR ESCOLA E NUMERAÇÃO

3.1 CMEI "Crescendo e Aprendendo"

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)
15	5	5
16	5	5
17	5	5
18	5	5
19	5	5
20	15	15
21	15	15
22	30	30
23	20	20
24	30	30
25	8	8
26	5	5
27	2	2
SUBTOTAL CMEI	**150**	**150**

3.2 CIE — Irmã Josefa

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)
24	5	5
25	15	15
26	50	50
27	32	32
28	35	35
29	10	10
30	10	10
31	5	5
32	3	3
SUBTOTAL CIE	**165**	**165**

3.3 EMEF Professor Mario Frota Escobar

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)
28	5	5
29	15	15
30	47	47
31	56	56
32	52	52
33	28	28
34	22	22
35	28	28

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)
36	28	28
37	30	30
38	15	15
39	12	12
40	2	2
SUBTOTAL FROTA	**340**	**340**

4. QUADROS CONSOLIDADOS DE CALÇADOS (MUNICÍPIO)

4.1 Consolidado por Numeração Geral

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)	Total por Numeração (Pares)
15	5	5	10
16	5	5	10
17	5	5	10
18	5	5	10
19	5	5	10
20	15	15	30
21	15	15	30
22	30	30	60
23	20	20	40
24	35	35	70

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)	Total por Numeração (Pares)
25	23	23	46
26	55	55	110
27	34	34	68
28	40	40	80
29	25	25	50
30	57	57	114
31	61	61	122
32	55	55	110
33	28	28	56
34	22	22	44
35	28	28	56
36	28	28	56
37	30	30	60
38	15	15	30
39	12	12	24
40	2	2	4
TOTAL GERAL (PARES)	**655**	**655**	**1.310**

ANEXO II
MINUTA DE CREDENCIAMENTO

Pregão n° ___/___
Objeto _____

A _____(razão social do licitante)_____, por seu representante legal (nome, RG e CPF), inscrita no CNPJ sob o n°_____, com sede _____, credencia como seu representante o Sr. _____(nome e qualificação)_____, para participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão única de julgamento.

Data, _____

_____
(nome do licitante e representante legal)

ANEXO III
MINUTA DE HABILITAÇÃO PRÉVIA

Pregão n° ___/___
Objeto _____

A _____(nome do licitante)_____, por seu representante legal (doc. anexo), inscrita no CNPJ sob o n°_____, com sede _____, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no edital em epígrafe.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Data, _____

_____
(nome do licitante e representante legal)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão nº. XX/2026, realizado pelo Município.

XXX, ___ de _____de 2026.

_____
(nome do licitante e representante legal)

ANEXO V
DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2026

PROCESSO Nº XX/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante legal que esta subscreve, **DECLARA**:

- que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

- que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

- que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- que faz uso dos benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/06, pois no ano-calendário da licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública, cujo valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

- que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

- que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- que sendo vencedora, atenderá as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória; de que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

- que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, bem como atender as demais vedações previstas no artigo 14 da Lei federal 14.133/21.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO DE PREÇOS */2026, DECORRENTE DA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2027, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA E A EMPRESA XXX.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2026 – PROCESSO Nº XX/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIANIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ **********, com sede na Praça Benedito Cláudio nº 135, representado por sua PREFEITO **RAPHAEL SARAIVA BARRETO**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado **********, com sede na ********** – SP, inscrita no CNPJ sob n.º **********,representada por **********, portador do RG nº ********** e do CPF Nº ********** residente e domiciliado na **********, **********, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com fundamento na Constituição da República do Brasil, Lei Orgânica Municipal, e na Lei federal n.º 14.133, de 01/04/2021, têm entre si justo e contratado, nos termos da **PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2026**, o presente contrato, conforme segue:

1. OBJETO E VALOR
1.1 - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2027, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto licitado correrão por conta das seguintes dotações:

	1				PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIANIA				
	02				PODER EXECUTIVO				
	02	12			DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
	02	12	00		DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
		12			EDUCACAO				
		12	361		ENSINO FUNDAMENTAL				
		12	361	0121	EDUCAÇÃO COM ACESSO E QUALIDADE				
		12	361	0121 2308 0000	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
086	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU				01.00	-110 000	1.500	

3. DAS CONDIÇÕES, LOCAL DE ENTREGA E PRAZO:

3.1 Os materiais serão adquiridos parceladamente, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal da educação, podendo ocorrer que não adquirir toda a quantidade licitada.
3.2 A entrega dos materiais, ocorrerá de segunda a sexta-feira, entre as 8h às 16h, por conta da empresa contratada, bem como todas as despesas pertinentes, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
3.3 A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento do pedido, devendo ser entregues em prédios públicos indicados pela da educação do município.

4. VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PREÇOS:
4.1 O prazo de vigência do contrato de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5. FORMA DE PAGAMENTO:
5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do produto, devidamente aferida pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente por meio de Pix, mediante chave vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, correspondente ao emitente da nota fiscal e à respectiva razão social. É vedado o pagamento em chave de titularidade diversa da CONTRATADA, salvo autorização expressa do credor e decisão justificada da autoridade competente.
Na hipótese de a CONTRATADA não possuir chave Pix, o pagamento será realizado por transferência eletrônica para conta bancária de sua titularidade, mediante apresentação dos respectivos dados bancários. Devidamente aferido pelo Fiscal do Contrato.
Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore”, em relação ao atraso verificado; Para a correção monetária prevista neste item será utilizada a variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor.
Não serão consideradas como atraso no pagamento as retenções preventivas efetuadas em virtude de procedimento de apuração de penalidade devido a mora e/ou inexecução parcial ou total.

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
6.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
I - der causa à inexecução parcial do contrato;
II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - der causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
6.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
6.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
6.4 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
6.5 - A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.
6.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
6.8 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
6.9 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência

exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
6.10 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 6.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.
6.11 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
6.12 - A aplicação das sanções previstas no item 6.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
7.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
7.2 - Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
7.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.4 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
7.5 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
7.6 - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;
7.7 - Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).
7.9 - Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 05 dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
7.10 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
7.11 - Deverá haver acompanhamento do Fiscal do Contrato no momento da montagem.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
8.1 - O Contratado é o único responsável em qualquer caso, por dano ou prejuízo que eventualmente possa causar a terceiros, em decorrência da mão de obra ora contratada, sem qualquer responsabilidade ou ônus para a Prefeitura pelo ressarcimento ou indenização devida.

8.2 - Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
8.3 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
8.4 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9. DAS ALTERAÇÕES:
9.1 - O instrumento contratual poderá ser alterado nos seguintes casos, estabelecidos pela Lei Federal de Licitações Nº 14.133/21 e demais alterações posteriores:
9.2 - Unilateralmente pela Administração:
9.3 - Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetos.
9.4 - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei.
9.5 - Por acordo entre as partes:
9.6 - Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
9.7 - Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, serviço ou material, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;
9.8 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obras ou serviço;

10. DA RESCISÃO
10.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito em caso de:
Injustificável recusa em assinar, aceitar ou retirar o contrato dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.
10.2 - Nos casos de inexecução total do ajuste, após a assinatura do termo contratual.
10.3 - Nos casos de inexecução parcial do CONTRATO, ou constatada a não adequação do objeto entregue com as especificações do contrato.
10.4 - Não manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
10.5 - Má execução do objeto contratado.

11. DA VINCULAÇÃO E VIGÊNCIA:
11.1 – O presente contrato filia-se ao Edital de Pregão Presencial nº xx/2026, e deverá ser interpretado em sua consonância, regido pela Lei federal 14.133/21.

12. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:
As partes deverão observar as disposições da Lei Federal N.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e

acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

13. DO FORO

13.1 - Para dirimir controvérsias e medidas decorrentes do presente contrato, dos contratos que vierem a ser celebrados e da interpretação de seus correspondentes termos, condições e anexos deverão ser propostas no foro da Comarca de PENÁPOLIS.

Luiziânia - SP, ** de ******* de 2026

RAPHAEL SARAIVA BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

_____	_____
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA
RG Nº	RG Nº

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE:_____
CONTRATADO:_____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):___
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:
Estamos CIENTES de que:
o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
Damo-nos por NOTIFICADOS para:
O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: ___

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:_____ Cargo:_____ CPF: _

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:_____ Cargo:_____ CPF: _
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:_____ Cargo:_____ CPF: _
Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome:_____ Cargo:_____ CPF: _
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:_____ Cargo:_____ CPF: _
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:_
Cargo:_
CPF: _
Assinatura: _____

FISCAL(IS) DO CONTRATO:
Nome:_
Cargo:_
CPF: _
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome:_
Cargo:_
CPF: _
Assinatura: _____

ANEXO VII-

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS / PLANILHA DE COTAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:
PREGÃO PRESENCIAL Nº:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LUIZIÂNIA/SP PARA O ANO LETIVO DE 2027.

DADOS DO PROPONENTE:

- **Razão Social:** _____
- **CNPJ:** _____ **Inscrição Estadual:** _____
- **Endereço Completo:** _____
- **Telefone / WhatsApp:** _____ **E-mail:** _____
- **Representante Legal:** _____ **CPF:** _____
- **Chave Pix vinculada ao CNPJ:** _____
- **Dados Bancários:** Banco: _____ | Agência: _____ | Conta Corrente: _____

QUADRO DE PROPOSTA DE PREÇOS UNIFORMES (CONSOLIDADO POR ITEM E GRADE DE TAMANHOS)

Tamanho	Camiseta Manga Curta	Short Masculino	Short-Saia Feminino	Camiseta Manga Longa	Jaqueta com Zíper	Calça de Frio	Valor unitário	Valor total
M (Bebê)	10	5	5	5	5	5		
G (Bebê)	10	5	5	5	5	5		
1	40	19	21	20	20	20		
2	90	43	47	45	45	45		
4	290	157	133	145	145	145		
6	262	139	123	131	131	131		
8	190	97	93	95	95	95		
10	150	74	76	75	75	75		
12	130	64	66	65	65	65		

Tamanho	Camiseta Manga Curta	Short Masculino	Short-Saia Feminino	Camiseta Manga Longa	Jaqueta com Zíper	Calça de Frio	Valor unitário	Valor total
14	56	27	29	28	28	28		
16	64	31	33	32	32	32		
P (Adulto)	10	5	5	5	5	5		
M (Adulto)	4	2	2	2	2	2		
G (Adulto)	2	1	1	1	1	1		
GG (Adulto)	2	1	1	1	1	1		
TOTAL GERAL	**1.310**	**670**	**640**	**655**	**655**	**655**		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO:

DECLARAÇÃO E CONDIÇÕES COMERCIAIS:

1. **Prazo de Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública.
2. **Prazo de Entrega:** Até 20 (vinte) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho, com entregas fracionadas e individualizadas diretamente nas unidades escolares (CMEI, CIE e EMEF Professor Mario Frota Escobar).
3. **Condições de Pagamento:** Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e atesto da Nota Fiscal, preferencialmente via **Pix com chave CNPJ**, conforme Decreto Municipal nº 2.765/2026.
4. **Garantia dos Produtos:** Mínimo de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, costuras, solados e desbotamento de tecidos.
5. Declaramos que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como fretes, seguros, embalagens individuais e coletivas e descarregamento nos locais indicados pela Prefeitura Municipal de Luiziânia/SP.
6. Declaramos pleno conhecimento e aceitação de todas as exigências do Edital, Termo de Referência e respectivos memoriais descritivos, comprometendo-nos a apresentar as amostras físicas exigidas no prazo fixado no edital.

[Município/UF], _____ de _____ de 2026.

Nome do Representante Legal:
Cargo / Função:
CPF:
(Carimbo do CNPJ e Assinatura)

ANEXO VIII-

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS / PLANILHA DE COTAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:
PREGÃO PRESENCIAL Nº:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS ESCOLARES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LUIZIÂNIA/SP PARA O ANO LETIVO DE 2027.

DADOS DO PROPONENTE:

- **Razão Social:** _____
- **CNPJ:** _____ **Inscrição Estadual:** _____
- **Endereço Completo:** _____
- **Telefone / WhatsApp:** _____ **E-mail:** _____
- **Representante Legal:** _____ **CPF:** _____
- **Chave Pix vinculada ao CNPJ:** _____
- **Dados Bancários:** Banco: _____ | Agência: _____ | Conta Corrente: _____

QUADRO DE PROPOSTA DE PREÇOS CALÇADOS (CONSOLIDADO POR ITEM E GRADE DE TAMANHOS)

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)	Total por Numeração (Pares)	Valor unitário	Valor total
15	5	5	10		
16	5	5	10		
17	5	5	10		
18	5	5	10		
19	5	5	10		

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)	Total por Numeração (Pares)	Valor unitário	Valor total
20	15	15	30		
21	15	15	30		
22	30	30	60		
23	20	20	40		
24	35	35	70		
25	23	23	46		
26	55	55	110		
27	34	34	68		
28	40	40	80		
29	25	25	50		
30	57	57	114		
31	61	61	122		
32	55	55	110		
33	28	28	56		
34	22	22	44		
35	28	28	56		
36	28	28	56		
37	30	30	60		
38	15	15	30		

Numeração	Quantidade de Tênis (Pares)	Quantidade de Babuche/Crock (Pares)	Total por Numeração (Pares)	Valor unitário	Valor total
39	12	12	24		
40	2	2	4		
TOTAL GERAL (PARES)	**655**	**655**	**1.310**		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO:

DECLARAÇÃO E CONDIÇÕES COMERCIAIS:

1. **Prazo de Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública.
2. **Prazo de Entrega:** Até 20 (vinte) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho, com entregas fracionadas e individualizadas diretamente nas unidades escolares (CMEI, CIE e EMEF Professor Mario Frota Escobar).
3. **Condições de Pagamento:** Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e atesto da Nota Fiscal, preferencialmente via **Pix com chave CNPJ**, conforme Decreto Municipal nº 2.765/2026.
4. **Garantia dos Produtos:** Mínimo de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, costuras, solados e desbotamento de tecidos.
5. Declaramos que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como fretes, seguros, embalagens individuais e coletivas e descarregamento nos locais indicados pela Prefeitura Municipal de Luiziânia/SP.
6. Declaramos pleno conhecimento e aceitação de todas as exigências do Edital, Termo de Referência e respectivos memoriais descritivos, comprometendo-nos a apresentar as amostras físicas exigidas no prazo fixado no edital.

[Município/UF], _____ de _____ de 2026.

Nome do Representante Legal:
Cargo / Função:
CPF:
(Carimbo do CNPJ e Assinatura)